



PARECER CONCLUSIVO

ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**

ENTIDADE CONVENIADA: **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE REGISTRO**

CNPJ: **44.304.095/0001-02**

RESPONSÁVEL (IS) PELA ENTIDADE: **HEIDER GERALDO RIBEIRO**

Nº DO CONVENIO: **004/2014**

EXERCÍCIO: **2014**

VALOR DO CONVÊNIO: **R\$ 38.400,00 (Trinta e oito mil e quatrocentos reais)**

Nº DO TERMO ADITIVO: **1º**

VALOR DO TERMO ADITIVO: **R\$ 2.112,00 (Dois mil, cento e doze reais)**

EXERCÍCIO: **2014**

VALOR DO REPASSE: **R\$ 40.512,00 (Quarenta mil e quinhentos e doze reais)**

Atestamos para fins de comprovação da aplicação dos recursos transferidos à Entidade acima, nos termos do artigo 370 das instruções nº 002/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que:

I – A Entidade está localizada à Rua Waldemar Lopes Ferraz, nº 220 Vila Tupi – Registro/SP - Centro neste município e encontra-se em regular funcionamento. Conforme estabelece o artigo 9º do estatuto social são os seguintes os fins da entidade, nos limites territoriais do seu município:

1. Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;
2. Prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;
3. Prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;
4. Oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

II – Recebemos a prestação de contas, nos prazos regulamentares. Não houve aplicação de sanções, considerando a devida comprovação para a finalidade conveniada;

III – Datas dos repasses concedidos e das respectivas prestações de contas:

REPASSE CONCEDIDO		PRESTAÇÃO DE CONTAS
DATA	FONTE DE RECURSO	DATA
21/02/2014	MUNICIPAL	17/03/2014
21/03/2014	MUNICIPAL	10/04/2014
16/04/2014	MUNICIPAL	13/05/2014



16/05/2014	MUNICIPAL	10/06/2014
13/06/2014	MUNICIPAL	10/07/2014
15/07/2014	MUNICIPAL	13/08/2014
18/08/2014	MUNICIPAL	17/09/2014
26/08/2014	MUNICIPAL	17/09/2014
24/09/2014	MUNICIPAL	23/10/2014
30/10/2014	MUNICIPAL	21/11/2014
26/11/2014	MUNICIPAL	18/12/2014
23/12/2014	MUNICIPAL	14/01/2015
07/01/2015	MUNICIPAL	14/01/2015

IV – Apresentamos no quadro abaixo os valores transferidos, identificando numero, data e valor da respectiva nota de empenho, por fonte de recurso:

Nº DO EMPENHO	DATA DO EMPENHO	FONTE DE RECURSO	VALOR DO EMPENHO	VALOR TRANSFERIDO
1426/001	20/02/2014	MUNICIPAL	R\$ 6.400,00	R\$ 6.400,00
1426/002	17/03/2014	MUNICIPAL	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00
1426/003	14/04/2014	MUNICIPAL	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00
1426/004	12/05/2014	MUNICIPAL	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00
1426/005	10/06/2014	MUNICIPAL	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00
1426/006	11/07/2014	MUNICIPAL	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00
1426/007	14/08/2014	MUNICIPAL	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00
9249/001	26/08/2014	MUNICIPAL	R\$ 422,40	R\$ 422,40
1426/008	19/09/2014	MUNICIPAL	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00
9249/002	19/09/2014	MUNICIPAL	R\$ 422,40	R\$ 422,40
1426/009	28/10/2014	MUNICIPAL	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00
9249/003	28/10/2014	MUNICIPAL	R\$ 422,40	R\$ 422,40
1426/010	24/11/2014	MUNICIPAL	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00
9249/004	24/11/2014	MUNICIPAL	R\$ 422,40	R\$ 422,40
1426/011	09/12/2014	MUNICIPAL	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00
9249/005	09/12/2014	MUNICIPAL	R\$ 422,40	R\$ 422,40
			TOTAL	R\$ 40.512,00

V – Não houve rendimentos de aplicação financeira.

VI – Abaixo os valores aplicados no objeto do repasse e não houve glosas, conforme quadro a seguir:

DATA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	VALOR APLICADO
17/03/2014	6.400,00
10/04/2014	3.200,00
13/05/2014	3.200,00
10/06/2014	3.200,00
10/07/2014	3.200,00
13/08/2014	3.252,45
17/09/2014	422,40
17/09/2014	3.247,04



23/10/2014	3.622,40
21/11/2014	3.622,40
18/12/2014	3622,40
14/01/2015	422,40
14/01/2015	3.200,25
TOTAL	40.611,74

Obs: a diferença de R\$ 99,74 entre o valor repassado e o valor aplicado refere-se a valor depositado na conta do convênio pela entidade.

VII – Não houve devolução de valor glosado.

VIII - Não houve devolução de eventuais saldos não utilizados.

IX- O item IX do artigo 370 das Instruções Normativas 002/2008 não se aplica a repasse a entidades do Terceiro Setor;

X – Constitui-se objeto deste Convênio o desenvolvimento, pelos partícipes, de atividades destinadas á prestação de serviços assistenciais compreendidos na área da pessoa com deficiência intelectual e múltiplas a partir de 0 a 30 anos de idade, objetivos e diretrizes da LOAS e na conformidade da Política Municipal de Assistência Social, do Plano Municipal de Assistência Social e do Plano de Trabalho que constitui parte integrante deste Convênio. A opção pelo convênio no presente caso se justifica por se revelar a forma mais vantajosa de prestação de serviços de interesse público na área de atuação em questão, sob o prisma da relação custo-benefício entre os fins alcançados e os recursos empregados para tanto, observando, assim, o princípio da economicidade. Os valores que constam do Plano de Trabalho expressam e comprovam a execução das ações propostas. No que diz respeito aos quantitativos de cada bem e serviço para atender as ações que constam do Plano de Trabalho, foram analisados pela equipe técnica competente deste ente, que confirmou que a execução do objeto efetivamente demanda o uso de bens e serviços naquelas exatas quantidades. Considerando a excepcionalidade desta opção para formar o vínculo de cooperação, visto que o Serviço de Proteção Social Básica para Pessoas com Deficiência preconizado na Lei nº 8.742 do SUAS, se faz necessário para que o Município possa atender aos serviços tipificados da Assistência Social. O critério de escolha do convênio se deu por conta de não existir no Município nenhum equipamento da área da Assistência Social, que realize o Serviço de Proteção Social Básica para Pessoas com Deficiência.

As atividades a serem executadas pela Entidade:

- Prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais;
- Prevenir confinamento de pessoas com deficiência;
- Identificar situações de dependência;
- Colaborar com redes inclusivas no território;
- Prevenir o abrigamento institucional de pessoas com deficiência com vistas a promover a sua inclusão social;
- Sensibilizar grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão de pessoas com deficiência buscando a desconstrução de mitos e preconceitos;
- Desenvolver estratégias para estimular e potencializar recursos das pessoas com deficiência, de suas famílias e da comunidade no processo de habilitação, reabilitação e inclusão social;
- Oferecer possibilidades de desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo a participação cidadã;
- Incluir usuários e familiares no sistema de proteção social e serviços públicos, conforme necessidades, inclusive pela indicação de acesso a benefícios e programas de transferência de renda;
- Contribuir para resgatar e preservar a integridade e a melhoria de qualidade de vida dos usuários;
- Contribuir para a construção de contextos inclusivos.



Atestamos, portanto, a adequação e real necessidade dos gastos previstos no Plano de Trabalho.

XI – Houve o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

XII – Houve a regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestados pela Secretária Gestora e pelo Controle Interno do Município;

XIII - O item IX do artigo 370 das Instruções Normativas 002/2008 não se aplica a repasse a entidades do Terceiro Setor;

XIV – Os recursos foram aplicados em conformidade com o objeto do repasse, de acordo com o estabelecido no respectivo Plano de Trabalho e de metas;

XV – Os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, o tipo de repasse, o número do convênio e o órgão repassador do recurso a que se referem.

XVI – Houve a regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas.

XVII - Foram atendidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

XVIII - A existência e o funcionamento regular do Controle Interno do Município, cujo responsável é o Senhor Ricardo Ferreira Hiraide, portador do CPF nº 215.917.248-05.

CONCLUSÃO

Em face de tudo o exposta acima, emitimos **PARECER CONCLUSIVO FAVORÁVEL** à Prestação de Contas ora apresentada.

Registro, 13 de maio de 2015.

CRISTIANE MARQUES

Secretária Municipal de Assistência Des. Social e Economia Solidária

RICARDO FERREIRA HIRAIDE

Diretor do Depto. Do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Registro

GILSON WAGNER FANTIN

Prefeito Municipal de Registro